



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

SANDRA BRANDÃO COUTINHO

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:

Teoria, concepções e práticas

RIO DE JANEIRO

2016

SANDRA BRANDÃO COUTINHO

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Teoria, concepções e práticas

Monografia apresentada à Faculdade de Educação
da UFRJ como requisito parcial à obtenção do
título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora Prof.^a Dr.^a Daniela de Oliveira Guimarães

RIO DE JANEIRO

2016

SANDRA BRANDÃO COUTINHO

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Teoria, Concepções e Práticas

Monografia apresentada à Faculdade de Educação
da UFRJ como requisito parcial à obtenção do
título de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Dr.^a Daniela de Oliveira Guimarães – UFRJ

Professora Convidada: Dr.^a Núbia de Oliveira Santos – UFRJ

Professora Convidada: Dr.^a Deise Arenhart – UFRJ

Aos meus pais, aos quais admiro e amo.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente a Deus, pelo dom da vida e por mais essa vitória que Ele me concedeu. O Senhor é a minha razão de existir.

Ao meu pai, Darli de Souza Coutinho (*In memoriam*), que foi meu grande fã e meu apoio em todos os projetos e sonhos que tive e a minha mãe, Sandra Helena da Silva Brandão, minha animadora e refúgio em todos os momentos. Obrigada por acreditarem e torcerem por mim.

Aos meus Irmãos: Hércules, Ulisses, Carlos Celso e Darli, vocês sempre me fazem sorrir.

Aos meus familiares, por seu carinho e fé que depositaram em mim.

Aos colegas de Faculdade, vocês foram uma grande fonte de aprendizagem, especialmente minhas amigas inseparáveis dessa jornada: Eunice Ponciano e Lúcia Beatriz Benfica, vocês tornaram essa trajetória mais completa e feliz.

As amigas do curso Normal que nunca me abandonaram: Ariane Chagas e Kátia Mello, vocês são provas que grandes amizades podem durar.

As colegas Ana Clara Chagas, Marcelle Mello, Sabryna Raychtock e Roselea Siles pela disponibilidade em sanar minhas dúvidas e dar sugestões muito pertinentes para este trabalho.

Agradeço a todos os meus professores que ao longo da minha escolarização me incentivaram a chegar aqui, especialmente ao professor Edmilson e a professora Clawdia (*In memoriam*), vocês me mostraram esse caminho.

Aos professores da Faculdade de Educação da UFRJ, por tudo que contribuíram para minha formação.

A professora Daniele Guimarães, obrigada por sua orientação.

A todos vocês minha humilde gratidão

Avaliar é treinar os olhos para observar
o que geralmente não vemos,
descobrir o que existe de extraordinário
no cotidiano, sobretudo
quando estamos tratando de
crianças pequenas”

Miguel Zabalza

RESUMO

Este trabalho tem a proposta de investigar se há, e quais são os critérios norteadores para avaliação na Educação Infantil (na cidade do Rio de Janeiro), presentes na legislação vigente. Ele consta de pesquisa documental e teórica e da análise de fichas de avaliação. O trabalho está dividido em dois capítulos, o primeiro: “Avaliação na Educação Infantil na legislação vigente”, onde foi feita a análise tanto dos documentos oficiais nacionais: Constituição Federal, Plano Nacional de Educação, Estatuto da Criança e do Adolescente, Leis de Diretrizes e Bases da Educação, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil e os Indicadores de Qualidade na Educação Infantil, quanto os de cunho municipal da cidade do Rio de Janeiro: Orientações Curriculares e Caderno de Avaliação na Educação Infantil voltados para essa área e o segundo: “Avaliação mediadora entre conceitos e práticas”, onde se é lançado um olhar teórico acerca do assunto baseando-se principalmente na perspectiva de avaliação mediadora, criada pela autora Jussara Hoffmann e onde são feitas as análises das fichas. Percebe-se com esta pesquisa que a avaliação na Educação Infantil não deve ser suprimida em um único instrumento e que ela deve gerar mudanças que beneficiem o desenvolvimento das crianças.

Palavras-chave: Avaliação. Educação Infantil. Fichas de avaliação. Legislação.

ABSTRACT

This work proposes to investigate whether there are, and what are the guiding criteria for evaluation in early childhood education (in the city of Rio de Janeiro) present in current law. It consists of documentary and theoretical research and the evaluation sheets analysis. The work is divided into two chapters, the first: "Evaluation in Early Childhood Education in the current legislation", which carried out the analysis of both national official documents: the Constitution, the National Education Plan, the Child and Adolescent Guidelines Laws and Bases of Education, National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education, National Quality Parameters for Early Childhood Education and Quality Indicators in Early Childhood Education, as the municipal seal of the city of Rio de Janeiro: Curriculum Guidelines and Assessment Notebook in Education children facing this area and the second: "mediator evaluation between concepts and practices", where a theoretical look on the matter takes place, based mainly on the mediator assessment perspective, created by the author Jussara Hoffmann, who analyzes the sheets. It can be seen with this research that the assessment in early childhood education should not be limited in a single instrument and that it should generate changes that benefit children's development.

Keywords: Evaluation. Child Education. Evaluation sheets. Legislation.

LISTA DE SIGLAS:

ASQ	<i>Ages & Stages Questionnaires</i>
CEB	Câmara de Educação Básica
CNB	Conselho Nacional de Educação
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EDI	Espaço de Desenvolvimento Infantil
IQEI	Indicadores de Qualidade na Educação Infantil
LDB	Leis de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OCNEI	Orientações Curriculares Nacionais para Educação Infantil
PNQEI	Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
I. AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA LEGISLAÇÃO VIGENTE	12
1.1 A legislação: Documentos Oficiais de Educação Nacional.....	12
1.2 Avaliação nos documentos Oficiais de Educação da Cidade do Rio de Janeiro	22
II. AVALIAÇÃO MEDIADORA ENTRE CONCEITOS E PRÁTICAS	31
2.1 Teorias.....	31
2.2 Analisando práticas.....	35
<i>2.2.1 As fichas</i>	<i>35</i>
<i>2.2.2 Análise das fichas.....</i>	<i>39</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS	46
ANEXO A	49
ANEXO B	52
ANEXO C	55

INTRODUÇÃO

A avaliação na Educação Infantil é um processo fundamental para o acompanhamento do desenvolvimento das crianças, mas há muitas dúvidas e aflições relacionadas a esse processo e a como ele deve ocorrer e isso, pode ser observado nas mais diversas práticas avaliativas nessa etapa. Algumas práticas de avaliação na Educação Infantil, muito têm se assemelhado com a avaliação realizada no ensino fundamental, algumas vezes contendo até um teor reprovador e classificatório, o que pode gerar repercussões negativas e taxativas para as crianças e criar um clima de competição.

Dada à relevância desse processo nessa fase tão singular da formação humana, e o grande número de questionamento que o mesmo produz, este trabalho tem por objetivo compreender as concepções e critérios para a avaliação na Educação Infantil que constam na legislação e documentos específicos dessa área, e investigar como ela tem acontecido nessa etapa, através da análise de algumas práticas de educadores da Educação Infantil do município do Rio de Janeiro.

Sendo assim, temos as seguintes questões norteadoras: O que a legislação nacional e documentos vigentes dispõem sobre a avaliação na Educação Infantil? O que os teóricos da educação sugerem sobre o tema? Qual a perspectiva das fichas de avaliação (em anexo) usadas por alguns educadores de instituições de Educação Infantil do município do Rio de Janeiro?

A escolha desse tema surgiu durante a minha caminhada profissional. Por alguns anos trabalhei numa escola da rede privada de ensino na educação básica, e considerava a “hora da avaliação” muito inquietante, pois como poderia saber se estava sendo justa na hora de atribuir conceitos ou corrigir questões, principalmente as discursivas, como ser imparcial na hora de avaliar?

Logo depois dessa experiência, passei a trabalhar na rede pública municipal de ensino, agora na Educação Infantil em uma creche. Meu primeiro contato nessa instituição foi com uma turma de berçário. Comecei a trabalhar nessa turma no final do ano 2011 e logo me deparei com uma avaliação do governo municipal, conhecida como ASQ (*Ages & Stages Questionnaires*); que trouxe vários questionamentos para essa nova etapa profissional, afinal: Avaliar o quê? E Como?

A seguir no ano de 2012, durante meu estágio obrigatório em Prática em Política e Administração Educacional, ao qual realizei em um Espaço de Desenvolvimento Infantil

(EDI) da cidade do Rio de Janeiro, tive contato com alguns instrumentos de avaliações realizados por profissionais de outras instituições do mesmo município que transferiam as crianças para a EDI. Essas avaliações faziam parte do arquivo morto, e a maior parte se compunha de fichas avaliativas, cada ficha era feita de uma forma diferente e avaliava coisas distintas no desenvolvimento infantil, ou seja, variando entre as instituições, acentuando a pergunta: “O que é avaliar nessa etapa?”, por isso optei por essa escolha de tema, tentando responder as seguintes questões: Há algum documento oficial que fale sobre a avaliação na Educação Infantil? O que é importante de ser avaliado nessa etapa e como?

Com o intuito de responder algumas destas questões apresento este trabalho, que ficou dividido em duas partes. A primeira que trata da legislação e documentos vigentes, tanto documentos nacionais sobre a avaliação na Educação Infantil, como a Constituição Federal, o Plano Nacional de Educação, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil e os Indicadores de Qualidade na Educação Infantil, quanto os documentos de cunho municipal da prefeitura do Rio de Janeiro, como as Orientações Curriculares e o Caderno de Avaliação na Educação Infantil, mostrando como tais documentos sugerem que a avaliação nessa etapa deve ocorrer.

A segunda parte trará um olhar teórico sobre o tema, sobretudo o da autora Jussara Hoffmann, que é uma pesquisadora/teórica de grande relevância nessa área, que aborda as nuances e especificidades da avaliação da Educação Infantil, dando destaque as definições e sugestões da autora de como essa avaliação deve ocorrer.

Dando continuidade a segunda parte, pretendo mostrar algumas experiências reais de avaliação na Educação Infantil, coletadas durante o estágio em uma EDI, são três fichas de avaliação, fazendo assim uma análise sobre esse instrumento de avaliação utilizado.

Para tanto, esse trabalho consta de pesquisa documental e teórica, e da análise de fichas de avaliação.

I. AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA LEGISLAÇÃO VIGENTE

Este primeiro capítulo trata das definições que serão utilizadas neste trabalho, bem como análise de alguns dos documentos nacionais e municipais (do Rio de Janeiro) que tratam do tema de avaliação na Educação Infantil.

Mas, antes de entrar nesta parte é necessário esclarecer dois termos usados em alguns dos documentos que serão analisados, aos quais são: avaliação **da** Educação Infantil e avaliação **na** Educação Infantil.

O primeiro termo, avaliação **da** Educação Infantil se refere a avaliação de como tem sido feita a oferta e atendimento das instituições voltadas para a primeira infância, ao qual possui documentos específicos voltadas para o mesmo. Já a avaliação **na** Educação Infantil se refere à avaliação feita sobre o desenvolvimento das crianças, interferindo assim na prática pedagógica.

Este dois tipos de avaliação estão interligados e contribuem mutuamente para um bom trabalho pedagógico, por isso, será feita uma pequena análise sobre alguns documentos sobre a avaliação **da** Educação Infantil, visto a contribuição da mesma para que ocorra um melhor processo de avaliação dessa etapa, mas o foco do trabalho estará no segundo termo, ou seja, na avaliação da criança e como ela deve ocorrer.

1.1 A legislação: Documentos Oficiais de Educação Nacional

Neste primeiro momento será feita uma análise dos documentos oficiais nacionais que tratam sobre a 1ª etapa da Educação Básica, a Educação Infantil, destacando o tema avaliação nessa etapa de ensino, que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade. Este conceito é definido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 29, observando-se a seguinte forma de oferta, segundo o referido artigo:

- Creches, ou entidades equivalentes: para crianças de até três anos de idade;
- Pré-escolas: para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Por muito tempo a Educação Infantil foi tida como “sem importância”, ou vista apenas pelo seu lado assistencialista, mas com o passar do tempo estas ideias foram mudando e, hoje, a Educação Infantil já é considerada por muitos estudiosos como a fase mais significativa de aprendizagens do indivíduo. Graças a essa nova percepção, a Educação Infantil, aos poucos, vem ganhando o seu espaço e recebendo a atenção que lhe é devida, se antes muitos pais deixavam seus filhos a cargo de instituições para crianças pequenas, unicamente para guarda, hoje já esperam algo diferenciado, voltado também para o pedagógico.

O Estado com essa nova perspectiva buscou através de documentos oficiais, garantir às crianças pequenas o direito a essa modalidade de educação e assegurá-lo através de leis e planos de educação. Assim, a Educação Infantil começa a conquistar o seu espaço também na legislação brasileira. Para tanto, a Constituição Federal foi de suma importância, quando garante a educação como direito de todos e dever do Estado e da família (art. 205).

A Constituição trata da Educação Infantil de forma bem geral, e isso só começou a ocorrer a partir do ano de 2006, com a Ementa Constitucional nº 53, onde a mesma passou a dispor sobre o atendimento em creches e pré-escolas para as crianças até cinco anos de idade. Já no ano de 2009, com a Emenda Constitucional nº 59, a Educação Infantil a partir dos 4 anos de idade (pré-escola) passa a ter matrícula obrigatória, o que impacta na oferta de vagas para a pré-escola nos municípios e ocasiona um ganho de espaço para a Educação Infantil, já que gerou a (re)formulação de outros documentos mais detalhados sobre a temática.

O Plano Nacional de Educação (PNE), que é um plano de ação, tem sua responsabilidade repartida entre a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios e é composto por diretrizes, metas e estratégias a serem alcançadas decenalmente. O PNE 2014 - 2024 (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.) em vigor, diferente do anterior PNE 2001 - 2011 (Lei nº 010172, de 9 de janeiro de 2001) tem seu próprio financiamento garantido pela Constituição Federal, como consta no artigo 214, incluído pela ementa constitucional nº 59 de 2009 (grifo nosso), o que foi um grande ganho para toda a educação nacional:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

Em relação a Educação Infantil o PNE tem como primeira meta a universalização do atendimento a crianças na pré-escola (4 a 5 anos) e a ampliação de oferta de Educação Infantil em creches, até alcançar no mínimo 50% das crianças até 3 anos de idade. Sendo assim, foram elaboradas estratégias, 17 ao todo, para que essa meta seja alcançada.

Percebemos assim que muita coisa tem que ser feita para um melhor alcance e atendimento na Educação Infantil, mas todas essas leis voltadas para essa área se constituem de um grande passo no caminho para que isso ocorra.

Agora que observamos o espaço ocupado pela Educação Infantil no Brasil, gostaria de dar destaque ao tema proposto neste trabalho, com o foco na seguinte questão: O que os documentos oficiais brasileiros falam sobre avaliação na Educação Infantil?

A Constituição Federal não abordou esse tema especificamente, por se tratar de uma legislação mais geral, mas foi fundamental para o desenrolar dos demais documentos que como veremos a seguir tratam dessa temática.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, no seu capítulo VI, onde trata do tema: Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, apesar de não citar especificamente o tema avaliação na Educação Infantil, traz pressupostos fundamentais para que ela ocorra de forma a garantir um melhor funcionamento da mesma em todas as etapas de ensino. Isso pode ser observado no artigo 57, onde a avaliação entra como um dos temas, onde o Poder Público fica encarregado de estimular pesquisas e novas propostas, incluído nessa área:

Art. 57. O poder público estimulará pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório.

A LDB, na sua sessão sobre Educação Infantil, que consta apenas com 3 artigos, como podemos observar abaixo, é bem sucinta nas suas considerações, apesar disso não deixa de fora a temática proposta neste trabalho, dando-nos apontamentos acerca de como se dará a avaliação nessa modalidade de ensino, bem como os aspectos que devem ser observados (grifo nosso):

Seção II

Da Educação Infantil

Art. 29º. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30º. A educação infantil será oferecida em: I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31º. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

No artigo 29º, observamos que a Educação Infantil tem como o objetivo o desenvolvimento integral da criança, sendo assim os aspectos físico, psicológico, intelectual e social devem ser levados em conta na hora da avaliação, já o artigo 31 nos traz dois pontos de suma importância na avaliação da Educação Infantil, o primeiro a avaliação se dará por meio de acompanhamento e registros de desenvolvimento e o segundo é que a avaliação nessa etapa não visa a promoção, ou seja, a avaliação na Educação Infantil não visa classificar, nem atestar que uma criança está apta ou não para ir para outra turma dentro da Educação Infantil ou na transição para o Ensino Fundamental, mas tem um caráter processual, com o intuito de acompanhar o desenvolvimento integral da criança, que é o objetivo principal da Educação Infantil.

No ano de 2013, foi sancionada uma nova redação da LDB (Incluído pela Lei nº 12.796), que é mais detalhada em seu conteúdo, como podemos observar (grifo nosso):

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;

III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;

IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;

V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Esta nova redação da LDB dá um destaque para o tema avaliação, além de instruir que ela deve ocorrer mediante acompanhamento e registro, sem vista a promoção (como em seu texto anterior), traz em seu inciso V, que a mesma deve ser documentada, permitindo assim comprovar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. E isso foi bom, pois mostrou a relevância e seriedade desse processo, e beneficiou as famílias e futuros professores, que devido a essa documentação poderão acompanhar de forma mais clara o desenvolvimento das crianças.

O registro é de suma importância para o acompanhamento do desenvolvimento de cada criança, é através dele que os educadores poderão acompanhar os avanços de cada uma, além de reavaliar sua prática para que melhores resultados ocorram. Os registros servem também para o acompanhamento dos responsáveis, futuros educadores e também para a própria criança, que pode muitas vezes com orientação fazer uso desses registros para maior aproveitamento.

Outro documento que trata do tema avaliação na Educação Infantil são as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), instituído pela Resolução CNE/CEB nº 1/99 e Parecer CNE/CEB nº 22/98 e revisada pela Resolução CNE/CEB nº 5/2009 é um documento que orienta a organização, articulação, desenvolvimento e avaliação das propostas pedagógicas das instituições de educação infantis brasileiras.

A resolução nº 1, ao tratar do tema avaliação no inciso V do artigo 3º, reitera as considerações feitas pela LDB:

V – As Propostas Pedagógicas para a Educação Infantil devem organizar suas estratégias de avaliação, através do acompanhamento e dos registros de etapas alcançadas nos cuidados e na educação para crianças de 0 a 6 anos, “sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”.

No texto que compõe o parecer CEB nº 022/98, que deu origem as DCNEI, é mais específico sobre o assunto, ele diz que essa medida é essencial para mostrar as finalidades das propostas pedagógicas, evidenciando objetivos de desenvolvimento diferenciados para os dois níveis que compõe a Educação Infantil: as crianças de 0 aos 3 anos e dos 4 aos 6, visto que terão objetivos distintos para cada nível.

É através da avaliação, como instrumento diagnóstico e de tomada de decisão, que será possível aos educadores avaliar seu trabalho e a relação com as famílias das crianças. Independente da formação e classe social, grande parte dos responsáveis aprendem junto com as crianças e educadores. Por isso, a avaliação sobre os resultados de cuidado e educação são parte integrantes da proposta pedagógicas e das tomadas de decisões das instituições de Educação Infantil. Sendo assim a avaliação não pode ser punitiva para a criança, ou seja, visando reter ou condicionando o acesso ao Ensino Fundamental. Ao educador cabe responsabilidade de avaliar as crianças, a si mesmos e a proposta pedagógica com o intuito de aperfeiçoar as estratégias educacionais e colaborar com o trabalho das famílias.

A autora Hilda Micarello, em seu texto: Avaliação e transições na Educação Infantil (2010), trata dessa temática, dizendo:

Na educação infantil a avaliação cumpre o importante papel de oferecer elementos para que os professores conheçam melhor as crianças com as quais trabalham, suas características pessoais e grupais, suas emoções, reações, desejos, interesses e modos pelos quais vão se apropriando da cultura na qual estão inseridas, transformando-a. Também tem a importante função de contribuir para que os laços com as famílias sejam estreitados e para que aqueles que trabalham com as crianças, em diferentes momentos de suas trajetórias nas instituições, troquem informações, visando o bem-estar, conforto e segurança dos pequenos.

Avaliar é, portanto, o exercício de um olhar sensível e cuidadoso ao outro ou, dito de outro modo, é parte do exercício de “amorosidade” que o ato educativo encerra e do qual nos fala o mestre Paulo Freire. (Pág. 1-2)

Com a revisão do texto das DCNEI, pela Resolução CNE/CEB nº 5/2009 e parecer CNE/CEB nº 20/2009, houve um aumento significativo de orientações acerca do tema

avaliação, o qual é tratado no seu artigo 10, trazendo de forma mais detalhada como esse processo deve ocorrer na Educação Infantil:

Art. 10. As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

I - a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;

II - utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);

III - a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);

IV - documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;

V - a não retenção das crianças na Educação Infantil.

No texto explicativo de seu respectivo parecer, CNE/CEB nº 20/2009, a avaliação é tida como um instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica para assim encontrar melhores caminhos para orientar a aprendizagem das crianças e ela deve considerar sobre todo o contexto da aprendizagem: as atividades propostas e suas realizações, as orientações e apoio individual e coletivo das crianças, a forma que os professores e crianças reponderam as manifestações e interações, o material, o espaço e o tempo utilizado nas atividades. Com isso espera-se que o professor possa avaliar o que tem contribuído ou dificultado a aprendizagem e desenvolvimento das crianças, e assim continuar ou modificar a situação sua prática visando a concretização do Projeto Político Pedagógico da sua instituição.

O texto também traz a importância que toda a equipe se esforce para propiciar as melhores condições de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. A observação do comportamento cotidiano das crianças individual ou coletivamente, deve ser sistemática, crítica e criativa e pode ser feita ao longo do período em diversificados momentos utilizando-se de múltiplos registros feitos pelos adultos ou pelas próprias crianças, como relatórios, fotografias, desenhos, etc., levando em conta as brincadeiras e interações. Conhecer bem as crianças propicia ao professor a reorganização das atividades de modo que elas sejam

adequadas as necessidades das crianças e favoreçam a aprendizagem e desenvolvimento das mesmas.

A documentação das observações da criança deve acompanhá-la na sua trajetória escolar na Educação Infantil e entregue quando ela for matriculada no Ensino Fundamental, visando assim, garantir a continuidade dos processos educativos.

Alguns pontos que gostaria de destacar dessas das DCNEI são:

As instituições de Educação Infantil tem a liberdade de elaborar a forma de avaliação que seja mais adequada a sua realidade, mas sempre respeitando essas diretrizes.

A avaliação ocorre a todo o momento, através da observação crítica do cotidiano das crianças, e não apenas em momentos e em atividades específicas. É um ato intencional e deve ser planejado. Segundo Micarello (2010):

“na prática profissional de professores e professoras a avaliação deve cumprir o importante papel de oferecer subsídios para ações futuras. [...] avaliar a prática pedagógica é um ato intencional, por isso precisa ser cuidadosamente planejado e orientado por critérios”. (Pág.1)

O registro da avaliação não precisa ser feito de uma única forma, ele pode e deve ser feito através de vários tipos de estratégias, cabendo ao professor e instituição decidirem quais meios usar. Os registros também são um dos meios pelo qual as famílias poderão acompanhar o desenvolvimento das crianças.

É interessante destacar que quando a avaliação acontece não somente a criança está sendo avaliada, mas todo o contexto a sua volta, o Projeto Político Pedagógico e inclusive o próprio trabalho docente.

Com a expansão da Educação Infantil, se fez necessários documentos orientadores para o bom funcionamento das instituições voltadas para este público, e apesar de não ser o foco deste trabalho, vale ressaltar alguns destes documentos criados, e conferir se eles também ao se assegurarem da qualidade do funcionamento da Educação Infantil, tocam no tema avaliação. Como a autora Jussara Hoffmann (2012) diz: *O olhar avaliador não é apenas*

sobre as crianças, mas sobre o âmbito da instituição com todas as variáveis que essa contempla.

Um destes documentos são os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (PNQEI) – 2006, composto por dois volumes, aos quais cumprem com a determinação legal do PNE, para que sejam estabelecidos parâmetros de qualidade dos serviços de Educação Infantil, estabelecendo referência para a supervisão, o controle e a avaliação, que contribuam para a qualidade na Educação Infantil.

Para os PNQEI o desenvolvimento integral da criança leva em conta os aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando o papel da família e comunidade, e sua responsabilidade é compartilhada entre: família, comunidade e poder público. Sendo assim:

A avaliação na Educação Infantil é definida a partir dessa concepção de desenvolvimento integrado, e assim deve ser processual acontecendo de forma sistemática e contínua. Seu acompanhamento e registro têm objetivos de diagnóstico e não de promoção ou retenção, exigindo a redefinição das estratégias metodológicas utilizadas com as crianças de 0 até 6 anos de idade. (Brasil, 2006, vol. 1, p.32).

Segundo os PNQEI uma avaliação de qualidade tem como objetivo a reformulação do trabalho pedagógico, ou seja, das estratégias e metodologias usadas, e toda a comunidade escolar pode participar desse processo:

10.3 Organizam e participam do processo de elaboração, registro em documento escrito, implementação e avaliação das propostas pedagógicas, com o envolvimento de todos os profissionais da escola, das crianças, de suas famílias e/ou responsáveis e da comunidade local. (Brasil, 2006, vol. 2, p.37).

A avaliação de qualidade é importante, pois ela não deixa o seu meio estagnado, ela traz mudanças, que visam sempre como objetivo primordial o desenvolvimento integral da criança.

Além dos PNQEI, há os Indicadores de Qualidade na Educação Infantil – IQEI (2006), que foi elaborado visando contribuir para que as instituições de Educação Infantil direcionem

suas práticas educativas de forma a respeitar os direitos fundamentais das crianças e ajudem na construção de uma sociedade mais democrática.

Os IQEI têm como característica ser um instrumento de autoavaliação da qualidade para as instituições de Educação Infantil, por meio de um processo participativo. Este documento foi elaborado de forma conjunta entre o Ministério da Educação, por meio da Secretaria da Educação Básica, da Ação Educativa, da Fundação Orsa, da Undime e do Unicef (IQEI, 2006, p. 9) e têm como objetivo auxiliar as pessoas que atuam na Educação Infantil, além das famílias e comunidade para participarem de uma autoavaliação da qualidade das instituições de Educação Infantil, para que cada uma delas descubram práticas educativas que respeitem os direitos fundamentais das crianças e contribuam para uma sociedade mais democrática.

No que se refere a avaliação na Educação Infantil, muitas destas dimensões contribuem para uma boa avaliação tanto por focar aspectos relevantes da educação desta faixa etária, como ao exercitar o próprio ato da autoavaliação entre as pessoas envolvidas com as crianças, em quase todas as dimensões observadas vemos tópicos que favorecem uma boa avaliação, e que através da discussão travada por este documento pode levar a melhorias da Educação Infantil.

Um dos temas levantados nesse documento, é avaliação da proposta pedagógica, pois ela não pode ser apenas um documento arquivado, mas deve ser sempre analisada e revista, utilizado-se das experiências e desafios cotidianos da instituição e das avaliações dos trabalhos que acontecem para a sua melhoria. Por isso, é de suma importância o registro e documentação das atividades desenvolvidas com as crianças, permitindo o acompanhamento e troca de informações pela família e educadores. sendo assim observa-se alguns indicadores sobre esse tema:

O INDICADOR 1.2. Planejamento, acompanhamento e avaliação (**Saiba Mais 2**)

1.2.1. As professoras planejam e avaliam as atividades, selecionam materiais e organizam os ambientes periodicamente?

1.2.2. As professoras organizam o tempo e as atividades de modo a permitir que as crianças brinquem todos os dias, na maior parte do tempo, tanto nas áreas externas quanto internas?

1.2.3. As professoras auxiliam as crianças na transição de uma atividade a outra de modo que isso se dê de forma tranquila?

1.2.4. A equipe da instituição conta com apoio da Secretaria Municipal de Educação para supervisionar e avaliar o desempenho da instituição?

1.2.5. Na prática de planejamento e avaliação, criam-se condições para que as crianças também possam manifestar suas opiniões?

O INDICADOR 1.3. Registro da prática educativa

1.3.1. Cada professora faz registros sobre as brincadeiras, vivências, produções e aprendizagens de cada criança e do grupo?

1.3.2. A instituição possui documentação organizada sobre as crianças, como ficha de matrícula, cópia da certidão de nascimento, cartão de vacinação e histórico de saúde? (IQEI, 2006, p.37-38)

SAIBA MAIS 2 – Avaliação deve ser entendida como um meio para aperfeiçoamento de práticas e promoção de qualidade no trabalho com as crianças, mediante a consecução dos propósitos educativos previamente delineados pela equipe. Avaliação pressupõe compromisso com o que foi planejado e executado pelos adultos e pelas crianças envolvidas no processo educativo e, por isso, deve pautar-se por reflexões partilhadas por todos no âmbito da instituição, com base em documentação pedagógica rigorosa, resultante de observação e registros cuidadosos das realizações práticas. É fundamental ressaltar que, em conformidade com a LDBEN 9394/96, a avaliação na educação infantil não tem a finalidade de promoção ou retenção da criança. (IQEI, 2006, p.62)

Percebe-se que o PNQEI e os IQEI se complementam, com vista a intervir na melhoria da Educação Infantil:

O Ministério da Educação sintetizou os principais fundamentos para o monitoramento da qualidade da educação infantil no documento Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006).

Esta publicação, Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, objetiva traduzir e detalhar esses parâmetros em indicadores operacionais, no sentido de oferecer às equipes de educadores e às comunidades atendidas pelas instituições de educação infantil um instrumento adicional de apoio ao seu trabalho.

Compreendendo seus pontos fortes e fracos, a instituição de educação infantil pode intervir para melhorar sua qualidade, de acordo com suas condições, definindo suas prioridades e traçando um caminho a seguir na construção de um trabalho pedagógico e social significativo. (IQEI, 2006, p. 15)

1.2 Avaliação nos documentos Oficiais de Educação da Cidade do Rio de Janeiro

Este segundo momento tratará sobre os documentos elaborados pela Secretaria Municipal de Educação (SME) da cidade do Rio de Janeiro: As Orientações Curriculares para a Educação Infantil e um caderno pedagógico voltado para a Educação Infantil com ênfase na avaliação intitulado: A avaliação na Educação Infantil.

As Orientações Curriculares para a Educação Infantil (OCEI), destinadas aos profissionais de Educação Infantil da Rede de Ensino do município do Rio de Janeiro, publicada no ano de 2010, foi elaborada a partir dos documentos oficiais nacionais vigentes que tratam sobre a Educação Infantil, com o intuito de nortear as instituições de Educação Infantil quanto a elaboração, desenvolvimento e avaliação do seu Projeto Pedagógico, intensificando e articulando o já existente nessas instituições e respeitando a diversidade.

Referente à avaliação as OCEI fazem menção à importância do papel do educador nesse processo, que deve estar sempre atento, fazendo observações das interações, avaliando o que é observado e reavaliando sua prática:

Trabalhar com crianças de Creche, Pré-Escola e EDI significa ter uma concepção integrada de desenvolvimento e Educação Infantil que dê a mesma importância às ações de cuidado e educação e as mantenham articuladas em rotinas - horários e espaços - demarcadas pela necessidade e demandas infantis. A organização cuidadosa do espaço deve ser seguida da observação de seu efeito sobre as interações e o brincar, pela avaliação de sua eficiência em relação aos objetivos pretendidos e, se for o caso, pela realização da modificação adequada, seguida de nova observação e avaliação. Fazer, avaliar e refazer. (OCEI, 2010, p. 12)

É interessante que o professor ao avaliar o aluno, também avalie seu próprio trabalho: sua prática pedagógica, métodos e objetivos, pois avaliação sem mudança perde o seu significado.

O texto das orientações continua descrevendo o papel do professor na Educação Infantil no que diz respeito à avaliação:

- [...]
 - reconhece que a criança é capaz de atuar ativamente nos seus processos de desenvolvimento e aprendizagem e na avaliação de suas conquistas;
 - [...]
 - promove diariamente registros nas diferentes linguagens no seu fazer pedagógico: escrita, visual (fotografias), audiovisual (filmagens), que auxiliam o (re)pensar sobre ele;
 - tem um olhar observador e investigativo nos diferentes contextos, ouvindo atentamente o que elas conversam entre si, conhecendo-as melhor;
 - considera que as aprendizagens infantis acontecem a todo o momento e não apenas quando ele planeja;
 - [...]
 - estabelece metas realistas para cada criança, considerando sua singularidade e momento de desenvolvimento infantil;
- (OCEI, 2010, p. 12 e 13)

Esta lista possui algumas ações do professor avaliador, todas elas são importantes e contribuem para uma boa avaliação, e salientam aspectos que o professor deve possuir, como ter um conhecimento sobre as propriedades da infância, tais como: aprendizagens, interações,

potenciais, além de metodologias específicas para a condução do trabalho com essa faixa etária.

As orientações apresentam algumas estratégias para que essa interação ocorra de forma eficaz, inclusive no que diz respeito à avaliação, mostrando como a participação ativa das famílias na avaliação é indispensável:

Assim, espera-se que as estratégias de trabalho com os responsáveis tenham: [...]• encontros periódicos para avaliação do desenvolvimento da criança que pode ser individual ou em pequenos grupos ou com a turma toda, desde que se informe e também ouça os responsáveis, com relação ao trabalho desenvolvido e às conquistas das crianças;

- reunião com a equipe da instituição na qual a proposta pedagógica vai sendo apresentada e discutida. Esse é um momento para os responsáveis conhecerem e refletirem sobre o que as crianças fazem e aprendem, como também para os profissionais ouvirem e responderem às dúvidas e críticas da família; [...]
- partilha com a família a responsabilidade de um espaço educativo que respeite a criança nas suas necessidades. (OCEI, 2010, p. 14)

É importante que as famílias tenham uma participação que as levem além do papel de meras receptoras dos resultados de desempenho obtidos pelos alunos. Mas que elas venham somar para que as crianças tenham um melhor desenvolvimento na vida escolar.

A rede de ensino da cidade do Rio de Janeiro, entendendo a importância do processo de avaliação no desenvolvimento das crianças, cria no ano de 2013 um documento voltado especificamente sobre essa temática, é o Caderno de Avaliação, que tem como objetivo defender uma avaliação que envolva a observação atenta sobre cada criança e que leve em consideração as dimensões do desenvolvimento infantil (físico-motora, cognitiva, emocional, social, política e linguística) e as oportunidades do dia a dia das instituições de Educação Infantil, sem fragmentar ou isolar esses aspectos.

O caderno foi elaborado levando em conta as propostas da rede municipal de ensino e as experiências dos profissionais da Educação Infantil, além dos documentos e materiais elaborados pela Secretaria Municipal de Educação e a literatura específica da área. Nele, os diversos aspectos que envolvem a avaliação na Educação Infantil também são levados em conta como: condições de trabalho, concepções e valores dos Projetos Políticos Pedagógicos e nos Projetos Pedagógicos Anuais. Buscando assim que a avaliação funcione: [...] *como um termômetro de nossas ações, das experiências que disponibilizamos para as crianças e ainda pode nos fornecer pistas para retroalimentar a nossa práxis.* (SME-RJ, 2013, p.6)

Ou seja, a avaliação envolve vários atores que podem e devem modificar suas posturas e ações para melhor rendimento do trabalho educativo, não é só a criança que é afetada pelo que é observado, mas o professor e sua prática também quando necessário.

Esse documento se pauta na reflexão sobre a prática pedagógica, privilegiando as ações educativas sob as diferentes abordagens: processual, investigativa ou mediadora, buscando um diálogo entre essas concepções:

Para que cumpramos na Educação Infantil com o papel de acompanhar o processo de desenvolvimento infantil, há que embasar a reflexão sobre a prática pedagógica. Privilegiamos ações educativas que impulsionem o desenvolvimento sob as diferentes abordagens – processual, investigativa ou mediadora – evidenciadas neste caderno, para que dialoguem entre si e fundamentem a prática avaliadora nas creches e pré-escolas. Pensando nisso, convidamos-lhes a compartilhar deste percurso, através de alguns instrumentos que poderão favorecer a aproximação entre estas concepções. (SME-RJ, 2013, p. 6)

O caderno tem como finalidade enriquecer o trabalho já existente nas instituições de Educação Infantil, levando assim os educadores à reflexão sobre essa prática cotidiana e a buscar ações que favoreçam o desenvolvimento das crianças. O caderno conta com 43 páginas, e é dividido em alguns tópicos, o primeiro tópico conta de uma introdução situando os leitores sobre o foco avaliar para intervir:

Considerando essa subjetividade humana, do olhar único de cada um, quando se trata de avaliar para intervir – que é o nosso caso na Educação Infantil -, temos que ser consistentes, sistemáticos e frequentes. Podemos trabalhar utilizando variados métodos de registros, de modo a captar e incluir os diversos olhares sobre o fenômeno pedagógico (desenvolvimento do cotidiano) e de desenvolvimento e aprendizagem infantis. Os diversos olhares revelam a riqueza da interpretação da realidade em questão e a diversidade que a compõe. No entanto, avaliar as ações na Educação Infantil requer também uma análise desses diferentes olhares, sempre com vistas ao enriquecimento do processo de construção de novas situações para as crianças. (SME-RJ, 2013, p. 8)

E a avaliação e o acompanhamento dos processos de desenvolvimento:

Isto também acontece quando nosso foco é a avaliação e o acompanhamento dos processos de desenvolvimento, crescimento e aprendizagem das crianças no contexto da Educação Infantil. Com cuidado, respeito e profissionalismo, devemos avaliar em conformidade com as premissas discutidas e acordadas com a equipe escolar e a partir de objetivos claros e possíveis. Avaliar na Educação infantil é tarefa complexa e por isso deve ser planejada. Mesmo que se avalie de diversas

maneiras, em quaisquer das situações os nossos olhares deverão voltar se para aspectos e tempos específicos acordados com a equipe escolar. (SME-RJ, 2013, p. 9)

A avaliação deve ser uma prática constante e planejada, pois cada criança é única e complexa e seu desenvolvimento acontece de maneira integrada, e a avaliação deve levar em conta essa criança e suas características e necessidades individuais e seu relacionamento em grupo.

Por isso, este caderno recomenda que esse tema seja abordado no Projeto Político Pedagógico (PPP) das unidades da rede municipal de Educação Infantil, levando os profissionais a uma reflexão sobre o tema para a formulação de suas propostas. O caderno sugere algumas questões que devem ser levadas em conta nesta reflexão:

Achamos importante que a equipe de cada unidade, ao refletir sobre o acompanhamento pedagógico do trabalho com as crianças, discuta a sua proposta a partir de cinco perguntas clássicas (Souza, 2001, pág. 25):

- 1 – Para que vamos avaliar? (finalidade)
- 2 – O que avaliar? (objetos; aspectos)
- 3 – Quem avalia? (sujeitos)
- 4 – Como avaliar? (procedimentos)
- 5 – Quando avaliar? (periodicidade)

Nós gostaríamos de incluir uma sexta pergunta: para quem ela será feita? Ou quem será o nosso interlocutor? Estas perguntas são relevantes na medida em que nos permite clarificar qual será o uso da avaliação. Permitirá um retorno das ações à equipe? Servirá para informar os pais sobre o percurso educacional da criança? Ou possibilitará à criança acompanhar as nossas ações e refletir sobre o seu percurso na educação infantil? O uso das informações registradas deve ser igualmente discutido com o grupo da unidade com indicações claras sobre sigilo, encaminhamentos e novos planejamentos, assim como refletir sobre como esta informações serão passadas para pais e comunidade (quando for o caso). (SME-RJ, 2013, p. 8)

Ou seja, a avaliação no PPP e na prática educativa não pode ser engessada, ela deve ser fruto de discussões e estudos que visem abarcar familiares e crianças visando mudanças positivas para os envolvidos nesse processo. Para tanto são necessárias ferramentas que viabilizem o acompanhamento das crianças e do trabalho pedagógico como um todo.

O Caderno também traz a preocupação com a necessidade que essa avaliação seja compartilhada com os responsáveis e as crianças e que a criança seja incluída de forma ativa

nesse processo: *A avaliação na Educação Infantil é um processo que possibilita melhorias e mudanças em benefício da criança e pressupõe atitudes e relações positivas que favoreçam todos os envolvidos.* (SME-RJ, 2013, p.11)

Num segundo tópico, o Caderno traz um levantamento sucinto do que os documentos oficiais falam sobre a avaliação na Educação Infantil, para tanto são analisados os seguintes documentos: Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) - Lei nº 12.796/2013 (Conforme a alteração); Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998); Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Dezembro de 2009); Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos Fundamentais das Crianças – republicado pelo MEC (2009).

A SME-RJ pretende mostrar com esse levantamento que está de acordo com esses documentos, por isso ela propõe uma avaliação que seja contínua e que deve acompanhar o desenvolvimento da criança e para isso se faz necessário observação e registros constantes do professor, com finalidade de cada criança venha ser acompanhada no seu desenvolvimento e para que sejam feitas intervenções pedagógicas necessárias:

Queremos, com este caderno, dar um passo adiante, discutindo e construindo maneiras de se realizar tais observações e registros. A trajetória das crianças na Educação Infantil deve acompanhada de forma planejada, sistemática e intencional, assim como devem ser pautadas sempre as nossas ações pedagógicas. O olhar atento e cuidadoso do educador não tem a intenção de rotular ou segregar crianças por resultados pré-determinados, mas desvela, sobretudo, a intenção de enriquecer todo o ambiente que se transveste em palco para o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças pequenas. (SME-RJ, 2013, p.13)

O caderno ressalta que a criança e suas relações no ambiente da Educação Infantil são o centro processo: *Queremos observar como ela se insere neste contexto organizado para que seu desenvolvimento e aprendizagens ocorram de maneira plena e significativa.* (SME-RJ, 2013, p.14)

Para tanto é papel do educador ter um olhar atento sobre essas crianças e suas trajetórias de desenvolvimento, além dedica-las a atenção e o respeito necessário:

Observar, acompanhar e monitorar o desenvolvimento das crianças, além de expressar o respeito de que elas são merecedoras, é, acima de tudo, tarefa dos profissionais da Educação Infantil. As oportunidades que cada criança tem, as culturas em que vivem e as interações que fazem, trazem diferentes

oportunidades para a trajetória de desenvolvimento das crianças. Esta trajetória – educacional e desenvolvimental - nos interessa e agir durante este percurso para ampliar as possibilidades é a nossa meta principal. Sensibilizar-nos para a trajetória de cada criança e do grupo é o primeiro resultado prático do processo avaliativo. (SME-RJ, 2013, p. 14)

As crianças são únicas, e todas têm suas individualidades e interesses e apresentam diferenças no seu desenvolvimento, o que não deve ser motivo de classificação ou comparação, e ao mesmo tempo as crianças costumam apresentar comportamentos típicos em determinadas idades, mas quando a criança não segue o que “é esperado” de sua faixa etária, é o momento que uma investigação se faz necessária e até mesmo a reformulação do trabalho pedagógico, pois a avaliação é dinâmica e interativa: *interagir, dialogar, observar reações, intervir, dialogar novamente, registrar e acompanhar as crianças.* (p.15) e não se resume aos instrumentos utilizados e aos resultados finais, apesar deles serem essenciais para auxiliar o profissional da educação na sua prática avaliativa.

“Então, como a avaliação deve ser feita?” É a próxima questão ao qual o caderno vem problematizar:

Seguindo a linha da história, podemos dizer que há várias maneiras de construir a avaliação da Educação Infantil. Da avaliação da aprendizagem (focada no conhecimento adquirido) e do desenvolvimento (baseada nas habilidades e conquistas feitas pelas crianças) à avaliação mais abrangente dos ambientes educativos, temos diferentes possibilidades.

Há duas grandes vertentes na avaliação que norteiam o trabalho. A primeira centrada na visibilidade dos resultados atingidos, identificando as habilidades adquiridas. A segunda voltada para a descrição dos processos educativos, com o foco no movimento das crianças em interação com seus pares, adultos e ambientes (incluindo materiais e brinquedos).

Neste sentido, a avaliação das crianças deverá estar ajustada à prática pedagógica, buscando as singularidades das crianças, assim como os contextos educativos.

Desta forma, as avaliações das crianças devem jogar luz sobre os respectivos processos de desenvolvimento e sua inserção junto aos pares. Isto quer dizer que a nossa descrição, sob o ponto de vista pedagógico, feita ou não a partir de um roteiro, deve ser capaz de revelar as características da criança em relação àquilo que foi desenvolvido com e para ela. (SME-RJ, 2013, p. 20)

O registro da avaliação pode ser feito de varias formas: através de relatórios previamente estruturados ou não, portfólios, dentre outros. Mas o imprescindível é que esses registros sejam compostos de uma linguagem acessível a todos: crianças, pais e demais

educadores. O caderno sugere que a criança também está envolvida nesse processo e que a leitura do relatório em conjunto com elas pode ser feito durante a construção do mesmo:

A leitura destes relatórios com as crianças pode ser feita ao longo da construção dos mesmos. Isto é, dissertando com as crianças sobre seus trabalhos, contribuições e projetos, resgatando suas opiniões sobre as mais diversas situações do cotidiano da creche, EDI e pré-escola. O estímulo à reflexão virá a auxiliá-las a contemplar os caminhos do desenvolvimento por elas percorridos, assim como os passos seguintes. Falar sobre si e sobre suas produções aumenta o autoconhecimento e auxilia na resolução de problemas tanto os mais íntimos, quanto os inerentes ao processo de aprendizagem e, por outro lado, influencia as decisões frente a novas situações de aprendizagem. (SME-RJ, 2013, p. 21)

O que mais interessa não é o produto final: o que a criança consegue ou não fazer, mas o processo: a construção de seus conhecimentos, suas ações e como essas conquistas favorecem o seu desenvolvimento. O caderno destaca a importância do observar - registrar - refletir e sugere assim alguns métodos de avaliação como: *Checklist*, relatórios/pareceres, portfólios e documentação pedagógicas.

O caderno termina seu texto com uma questão muito importante: “O que fazer com os resultados?”, devemos lembrar que “os resultados” da avaliação na Educação Infantil, não se minimiza a um produto final, mas de uma dinâmica de ressignificação do trabalho pedagógico, que ocorre sem obedecer a etapas estabelecidas e que se dá de forma contínua:

Concebida a avaliação como ferramenta de mediação e acompanhamento da trajetória da criança, torna-se possível perceber os caminhos que ela percorre em suas aprendizagens e, ao mesmo tempo, possibilita ao professor ressignificar a sua própria prática pedagógica, de maneira contínua e reflexiva. Não há sentido em colecionar trabalhos dos alunos para mostrá-los aos pais, somente como uma documentação daquilo que a criança produziu durante período determinado. Também não há contribuição efetiva em registrar o que a criança consegue ou não fazer, se não contextualizarmos as informações. A avaliação e o acompanhamento do desenvolvimento das crianças em atividade precisam se constituir em um conjunto de dados que expresse avanços, mudanças e novos jeitos de pensar e de fazer, relacionando-o ao desenvolvimento da criança. A avaliação deve sempre ser inspiradora de novas práticas. (SME-RJ, 2013, p. 28-29)

Se a avaliação não traz mudança, nem intervenções, ela se torna um processo vazio, por isso o educador deve sempre lembrar que:

Avaliar é ação inerente a todo processo educativo. No entanto, mais importante ainda é saber utilizar as informações coletadas sobre todos os envolvidos na Educação Infantil. Utilizar tais informações e registros têm sentido quando estes nos guiam para avançarmos no processo de aprendizagem e crescimento. Quando passamos a utilizá-los para subsidiar as nossas ações, por meio de reflexões e mudanças importantes para o processo educativo, chegamos à razão última da avaliação. (SME-RJ, 2013, p. 30)

Os documentos apontam para uma trajetória de avanços para se alcançar um atendimento de qualidade destinado às crianças pequenas, mas muito ainda tem que ser conquistado para que haja uma oferta universal e de qualidade para todas, em que seu desenvolvimento pleno venha a ser garantido e respeitado.

Sobre a temática avaliação todos estes documentos apontam caminhos para que ela ocorra de forma a respeitar as particularidades desta etapa do desenvolvimento humano, em nenhum momento menosprezando o processo, mas ao contrário, atribuindo a essa fase da vida humana o devido valor na questão de aprendizagens. Por isso uma avaliação que respeite e entenda essa etapa é de suma importância, para tanto é necessário que conheçamos as principais concepções que guiam ou deveriam guiar a nossa prática nesse processo, no capítulo a seguir trataremos mais a fundo desse assunto.

II. AVALIAÇÃO MEDIADORA ENTRE CONCEITOS E PRÁTICAS

2.1 Teorias

Diversos estudos no campo da avaliação destacam uma série de caminhos para o processo de avaliação escolar: avaliação diagnóstica, avaliação mediadora e avaliação dialógica.

Neste momento situarei a avaliação mediadora, conceito criado pela estudiosa Jussara Hoffmann desde 1981, e adotada pela SME-RJ como uma de suas referências ao tratar da avaliação na educação Infantil, baseada em teorias construtivistas e sociointeracionistas. Trata-se de uma avaliação Formativa – Qualitativa, porque ela visa à formação do indivíduo, a qualidade de todo o processo e não apenas o produto final da trajetória de ensino para quantificação. Como vários documentos têm reiterado a avaliação na Educação Infantil não tem por objetivo a retenção-promoção da criança, mas seu desenvolvimento como um todo, por isso práticas que quantificam (mesmo por meios carinhos, cores e conceitos), julgam e comparam essa aprendizagem estão fora daquilo que é exigido legalmente. Tais práticas devem ser revistas. Uma avaliação formativa tem as seguintes características:

- Ocorre durante o processo de instrução;
- Fornece *feedback* ao aluno e ao professor;
- Produz mudanças;
- Busca a recuperação da aprendizagem

Para Hoffmann (2012) a avaliação é um conjunto de metodologias didáticas que se estendem por um longo período de tempo e se fazem presente nos espaços da escola. A avaliação é processual e sempre visa à melhoria de quem está sendo avaliado.

Avaliar não se trata de apenas constatar alguma se houve aprendizagens ou não, nem de se fazer comparações e julgamentos, mais sim de um acompanhamento do percurso de aprendizagens, das mudanças que estão a ocorrer nesse período determinado, procurando nessa trajetória favorecer o máximo possível o desenvolvimento daquele que está sendo avaliado.

Nesse caminho a intervenção se faz necessária e o professor deve estar aberto a possíveis mudanças também, pois pode haver a necessidade de uma revisão de suas estratégias de ensino, já que acompanhar apenas, em algumas ocasiões, não é o bastante. Em muitos casos serão necessárias ações pedagógicas para interferirem positivamente na aprendizagem. Em todo o momento, o professor precisa ser sensível para deixar que a avaliação venha trazer transformação, não apenas para seus alunos, mas para o seu próprio trabalho.

É importante lembrar que as crianças não aprendem da mesma forma ou seguem o mesmo ritmo de aprendizagens, em dadas ocasiões se faz necessário o uso de estratégias múltiplas e diferenciadas. Segundo Hoffmann (2012), sem a ação pedagógica, o ciclo da avaliação não estará completo, pois se trata de uma ação contínua de ação-reflexão-ação.

A autora ainda enfatiza que a avaliação não deve ser reduzida aos instrumentos utilizados no processo, como as fichas e relatórios sobre as crianças, dentre outras formas de registros. Esses instrumentos apesar de fazerem parte do processo de avaliação, são apenas ferramentas, que sozinhas não tem significado.

Para Hoffmann a avaliação está pautada em percepções e sentimentos, uma vez que cada um fará uma leitura singular daquilo que está sendo observado, logo, nossos valores e concepções podem interferir nesse processo. Por isso é necessário que o educador tenha consciência da subjetividade desse processo, para que evite se deixar levar por preconceitos e julgamentos.

As instituições também devem estar atentas as concepções dos seus profissionais acerca dos aspectos educativos, pois eles influenciarão de forma positiva ou negativa esse processo, que deve estar alicerçado numa constante ação de observação-reflexão-mediação que está em constante movimento, exercendo uma dinâmica contínua, que pode se dar de forma simultânea e paralela. Como exemplo a autora cita uma situação vivenciada por crianças de dois a três de idade num ambiente de Educação Infantil, tentando demonstrar esse processo:

[...] uma professora lê um livro para quatro crianças, enquanto a outra professora da sala participa de uma brincadeira de casinha com duas meninas. Um dos meninos pede a uma delas para ir no banheiro, enquanto uma funcionária informa, neste momento que o lanche está servido na sala ao lado. Elas cuidam, orientam, observam, conversam, chamam a atenção de dois meninos que brigam, organizam

brinquedos, sem tirar os olhos de nenhuma das quinze crianças. (HOFFMANN, 2012, p. 18)

Este pequeno relato nos mostra a dinâmica do olhar avaliativo, que é sensível para provocar diferente e individualmente cada criança e a apoiar a todos sem discriminação, criando diálogos e interações e se aproveitando da espontaneidade dos momentos, além de apresenta dois princípios norteadores da avaliação na concepção mediadora, que são:

O princípio da individualização: onde cada criança é vista de forma única, devendo receber atenção e cuidados de forma diferenciada, dependendo de suas necessidades. As crianças não são iguais e em dados situações algumas precisarão de mais apoio e de uma atenção diferenciada.

O princípio da mediação: onde as crianças são vistas como “um todo”, ao qual o educador deve criar e proporcionar igualmente estratégias pedagógicas desafiadoras, de modo que todas elas possam experimentar, descobrir, criar e se desenvolver plenamente em todos os aspectos, pois todas têm esse direito assegurado.

A autora se embasa nas teorias construtivistas e interacionistas e consequentemente em seus principais representantes, respectivamente Piaget e Vygotsky:

A aprendizagem no sentido do desenvolvimento para Piaget (1970; 1977) pressupõe desequilíbrio, conflito, reflexão e resolução de problemas. Para ele cabe os adultos mediar a aquisição de ferramentas culturais (linguagem e símbolos) das crianças de forma a levá-las a refletir sobre as suas experiências, articulando ideias e construindo compreensões cada vez mais ricas acerca da realidade. (HOFFMANN, 2012 p. 20)

Sendo assim é papel do professor promover ações que oportunizem os processos de reflexão das crianças sobre suas ações, para que assim elas estabeleçam relações entre suas ideias e ações no plano mental e consecutivamente no moral e intelectual.

Já para Vygotsky (1988; 1993):

[...] o conceito de mediação é essencial em termos de desenvolvimento. Segundo ele, há uma grande diferença entre o que uma criança pode aprender sozinha ou com

ajuda de outras pessoas mais experiente, mais competente ou que lhe proporcione desafios adequados ao longo do seu desenvolvimento. (HOFFMANN, 2012 p. 20)

Outra grande contribuição de Vygotsky para a autora foram seus estudos sobre a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), pois na ação pedagógica, o professor não deve apenas levar em conta apenas o que a criança já conhece ou faz, mas também deve considerar suas potencialidades, ou seja, os conhecimentos que ainda vai construir. Por isso, se faz necessário os desafios e situações provocativas a fim de levar a criança a desenvolver todas as suas potencialidades.

Em termos de mediação ambos pensadores destacam a importância do papel do educador na construção do conhecimento e a importância da interação entre educadores e crianças e entre as crianças e seus pares. Em concordância com esses pressupostos teóricos, é que Hoffmann fundamenta sua teoria, que tem como finalidade: *promover o desenvolvimento máximo possível de todas as crianças a partir de desafios intelectuais permanentes e de relações afetivas e de cooperação entre todos os elementos na ação educativa.* (HOFFMANN, 2012, p. 22)

Após o estudo dos documentos oficiais sobre avaliação na Educação Infantil, percebo a avaliação mediadora como um bom caminho para essa prática educativa, visto que segue os princípios ali propostos, além de respeitar a criança, seu desenvolvimento e seu tempo. Na avaliação mediadora: *Avalia-se para conhecer e acompanhar os alunos, com a finalidade de lhes oportunizar o desenvolvimento pleno.* (HOFFMANN, 2012, p. 145)

A grande diferença dessa avaliação é a postura mediadora do professor, e em sua ação pedagógica mediadora, refletida em desafios e provocações adequadas às crianças, sobre aquilo que se tem observado e refletido, sem a qual dificilmente se alcançará uma aprendizagem significativa ao pleno desenvolvimento infantil.

Enfim, chegamos a seguinte questão: Quais são os caminhos para avaliação na Educação Infantil adotados na Cidade do Rio de Janeiro? Será que os profissionais têm exercido uma avaliação que respeite a criança e seus direitos e oportunize o desenvolvimento pleno?

2.2 Analisando práticas

Em anexo (anexo A, anexo B e anexo C) exponho três fichas de avaliação, que foram utilizadas por alguns profissionais de instituições de Educação Infantil na cidade do Rio de Janeiro e que tive acesso através do meu estágio obrigatório em Prática de em Política e Administração Educacional, ao qual fiz em uma EDI na mesma cidade. Essas fichas faziam parte do arquivo de algumas crianças, e as mesmas chamaram a atenção naquele momento da minha formação. Pedi para ficar com algumas delas, pois achei interessante os pontos que cada ficha buscava avaliar nas crianças, e comecei a questionar o que deveria ser realmente avaliado nesta etapa da educação, e como isso deveria ser feito, será que havia algum documento nacional ou municipal do Rio de Janeiro que determinavam a avaliação na Educação Infantil? Será que as fichas eram o melhor instrumento a ser usado nesta avaliação?

As seguintes fichas a serem observadas acompanharam os alunos na matrícula no EDI e as mesmas são oriundas de outras instituições de Educação Infantil do mesmo município. As fichas não contém identificação da instituição, profissionais e crianças, por motivo de respeito à privacidade. Infelizmente, não tive contato com essas instituições e profissionais para analisar mais a fundo o tipo de prática avaliativa que eles utilizavam no cotidiano.

Através da análise destas fichas, serão observados alguns pontos da avaliação nessa etapa e se/como esse tipo de instrumento tem refletido a prática da avaliação na Educação Infantil. Ressalta-se que as fichas foram utilizadas nos anos de 2004 e 2006, quando já se encontrava em vigor a LDB/96 que versava sobre avaliação na Educação Infantil, no entanto, os documentos de abrangência municipal da prefeitura do Rio de Janeiro ainda não haviam sido publicados.

2.2.1 As fichas

As fichas são instrumentos para coletas de dados (coletivos ou individuais), que podem ser utilizadas no decorrer das atividades, para conhecer o nível de desenvolvimento individual das crianças, e posteriormente trabalhar as dificuldades observadas individual ou no coletivo buscando meios de superá-las. Neste caso, elas se compõem de questões ligadas ao que é esperado de determinada atividade e serve para que os educadores acompanhem o

desenvolvimento individual ou geral do grupamento permitindo assim uma melhor visualização de quais aspectos devem ser mais focados no dia a dia. Ela é um recurso usado em aula, que ajuda a esquematização de novas ações no cotidiano escolar e devido ao seu formato, é de fácil leitura, quando bem elaborada pelo professor da instituição de ensino.

As fichas também podem ser utilizadas como instrumentos de autoavaliação, a serem feitas inclusive pelas crianças com o auxílio do educador, possibilitando a esquematização de novas metas e desafios de aprendizagens, junto à participação das mesmas.

Infelizmente, muitas vezes as fichas vêm sendo utilizadas ou interpretadas como instrumento de comparação, como se fossem um boletim escolar. Fazendo que elas sirvam para rotular as crianças e classificá-las entre o que sabem e podem ou não sabem e não podem. Segundo Hoffmann (2012):

Os registros periódicos e finais de avaliação não têm por finalidade apresentar uma análise constativa, ou seja, definir como as crianças são ou o que foram capazes de fazer em um determinado momento, mas relatar, de forma natural, o processo efetivamente vivido por elas, suas gradativas e sucessivas conquistas individuais, valorizando o jeito de ser de cada uma. (Pág.135)

Um dos problemas ao se tratar das fichas é utilizá-las como único instrumento de avaliação, suprimindo todo um processo em um único instrumento, empobrecendo a prática que deveria ser uma das mais importantes na educação. Fazendo com que um recurso se torne um fim. Ciasca e Mendes (2009) fazem a seguinte crítica a esse instrumento:

As Fichas de Avaliação apresentam-se como prática típica de avaliação infantil que se dá a partir do preenchimento dos instrumentos de avaliação, ao final de algum período (semestre, bimestre, trimestre), com anotações de aspectos e características uniformes sobre crianças em idades diferentes, frequentemente com termos vagos e imprecisos que enfatizam somente as atividades e áreas do desenvolvimento das crianças que, muitas vezes, ainda não foram instigadas pelo professor. Além de se reduzir ao registro, frequentemente, esse instrumento de avaliação surge isolado, descontextualizado do cotidiano das crianças e do projeto pedagógico elaborado pelo professor ou pela instituição. Assim, acompanha-se, ao final de semestres letivos, a angústia das pessoas que trabalham com crianças em preencher as fichas de avaliação. Essa tarefa, quando exercida apenas como enfoque burocrático, é aliada à ausência de formação teórica que dá condições de analisar o que acontece com a criança ou, mesmo, à falta de preocupação com a observação sistematizada. Transforma-se, assim, a avaliação em registros sem qualquer significado ou importância pedagógica. Segundo Angotti (apud Oliveira, 1995, p. 56) “assumir

papel de executoras de tarefas preestabelecidas por outrem quebra nas professoras um elo de coerência e responsabilidade frente ao seu próprio fazer”. (Pág. 293)

Outro problema, que não é exclusivo deste instrumento, é a inutilização dos mesmos, ou o não uso das informações contidas neles. O educador coleta as informações, gasta tempo preenchendo as fichas, e nada é feito com aquilo que foi coletado, são informações valiosas que ficam estagnadas e que em alguns casos nunca serão acessadas.

Micarello (2010) fala da importância do compartilhamento dos registros das crianças, tanto para as famílias, criando assim um vínculo que beneficia a criança:

Como é possível perceber, compartilhar os registros de observação com as famílias é muito importante para que essas se sintam acolhidas na instituição, adquiram confiança no trabalho pedagógico e conheçam aspectos do desenvolvimento das crianças que muitas vezes desconhecem. Por outro lado, as observações dos professores e professoras podem ser enriquecidas com informações trazidas pelas famílias, daí a importância de que além da troca de registros escritos haja contatos periódicos para que essas trocas se efetivem. (Pág.: 12)

Como para os demais profissionais que atuam na instituição e terão contanto com essa criança:

Entre os profissionais que atuam numa mesma instituição os registros de acompanhamento da prática pedagógica também podem ser compartilhados em encontros no decorrer do ano, nos quais será possível discutir as observações registradas para planejar novas intervenções. Muitas vezes o olhar dos colegas de trabalho pode ajudar o docente a encontrar alternativas interessantes para um bom encaminhamento do trabalho com seu grupo ou com uma criança em especial. Além disso, quando observações são compartilhadas toda a equipe pode conhecer melhor cada uma das crianças, o que torna as transições que elas vivenciarão dentro da instituição mais tranquilas, dando uma perspectiva de continuidade ao trabalho realizado. (Pág. 12-13)

Ela dá a sugestão que as reuniões de planejamentos entre os profissionais não se restrinjam ao mesmo grupamento ou faixa etária, mas que todo que atuam, em diferentes grupos compartilhem e enriqueçam coletivamente esse momento de decisão.

Além disso, ela fala da delicadeza da transição da criança entre a creche e a pré-escola, quando as esses dois segmentos são oferecidos em instituições e entre a Educação Infantil e o

Ensino Fundamental, enfatizando a importância da comunicação entre os profissionais desta área:

Para que não haja rupturas é necessário que se construam canais de comunicação, promovendo um conhecimento entre os profissionais e um diálogo entre as propostas pedagógicas de ambas as instituições.

[...]

É importante que os profissionais que atuam nas diferentes etapas se encontrem e discutam sobre os documentos de registro, as formas de organizá-los e como podem obter uma continuidade, mesmo que esses profissionais atuem em diferentes instituições. (Pág. 13)

Como podemos observar os registros são um ótimo instrumento para que a criança venha ser conhecida mais a fundo e um melhor trabalho aconteça: “[...] *os instrumentos de registro são importantes recursos para promover um conhecimento mais aprofundado do grupo de crianças*”(Pág. 13).

Quero deixar abaixo alguns pontos para a nossa reflexão acerca desse instrumento de avaliação, que também podem ser aplicado aos demais, que são:

- Como as fichas foram elaboradas? Foi o educador que elaborou? Uma equipe? Ou foi estabelecida por uma instância superior?
- Elas são atuais ou estão desatualizadas?
- A linguagem é compreensiva aos educadores, elas estão claras nas suas questões, formatação e formas de preenchimento?
- Como as informações foram recolhidas, foi fruto de uma observação constante no cotidiano ou foi pela a realização ou não de atividades específicas?
- Os demais educadores da instituição tem acesso a esses registros?
- Como foi feito o preenchimento: todos os pontos foram observados em cada criança ou foi feito de forma genérica?
- A criança faz uso das mesmas?
- Como esse instrumento tem influído na prática docente, ou seja, há ou não modificação de práticas pelos educadores? Há ou não intervenção nas aprendizagens das crianças?
- O que tem sido avaliado? São coisas relevantes?

- Esse instrumento ajuda a potencializar as aprendizagens e desenvolvimento das crianças?
- Os pais têm conhecimento do que está sendo avaliado? A linguagem é acessível? O processo para chegar às conclusões demonstradas nas fichas são explicitados?
- Como elas tratam da individualidade/subjetividade das crianças?

2.2.2 Análise das fichas

Agora analisaremos três fichas utilizadas na Educação Infantil uma do ano de 2004 e duas do ano de 2006, todas feitas em instituições públicas do município do Rio de Janeiro.

A primeira ficha, que se encontra no ANEXO A, é a de uma criança de 2 anos, da turma de maternal II, foi feita no ano de 2004, numa creche municipal, a ficha está dividida trimestres, onde a criança só foi avaliada no terceiro trimestre, o motivo disso ter ocorrido não foi explicitado.

Esta ficha é composta por 3 páginas, que tem os seguintes códigos para preenchimento de seus espaços: S = sim, N = não, A/V = as vezes e foi dividida em 4 grandes temas, a saber:

1. Desenvolvimento Socioafetivo/ Integração Social
2. Desenvolvimento cognitivo
3. Desenvolvimento psicomotor
4. Cuidados essenciais

Ela ainda contém um espaço abaixo para observações e para 3 assinaturas conforme os trimestres observados, ao qual foi assinado pelos recreadores e responsável.

No espaço da ficha destinado ao Desenvolvimento Socioafetivo/Integração Social, observamos que a criança ainda não possui algumas características como enfrentar novas situações com tranquilidade. O que nos faz questionar: que novas situações? Se ele não reage bem, como ele reage? Será que ele fica apático? Eufórico?

Esse é um pequeno exemplo de como uma afirmação pode suscitar dúvidas, pois não é explícita a situação e nem o comportamento da criança, o que não permite com que os demais

educadores, a não ser o que avaliou, saiba do que se trata e se esse é um comportamento habitual ou de um momento específico de observação. Será que está sendo feita alguma intervenção? Como as demais pessoas da vida desta criança poderão intervir para que essa situação seja superada?

Também podemos observar algumas contradições, nessa mesma temática diz que a criança reconhece a sala de atividades como espaço para o seu uso e que ele reconhece os profissionais da creche, mas a seguir diz que ela não identifica a função das pessoas e espaços da creche.

Ao final da folha no espaço de observações o educador relata que a criança ao entrar na creche teve uma avaliação do comportamento devido à agressividade, mas que com o passar do tempo ele melhorou bastante e diminuiu esse comportamento. O que nos traz a questão que “avaliação de comportamento” é essa? É feita pelo professor? Psicólogo? Essa avaliação criou estratégias para ajudar a criança? Quais foram elas?

Esse espaço de observação é bem limitado até pela quantidade de linhas para essa finalidade, deixando que um espaço que poderia ser rico se torne um espaço de possíveis queixa/desabafo e nos mostra que até mesmo o registro escrito se não for detalhado pode gerar dúvidas. As fichas também contém em suas questões pontos que torna difícil a compreensão e que não foram muito bem elaborados.

A segunda ficha, ANEXO B, é de uma criança de 5 anos, da turma 12, foi feita no ano de 2006, num CIEP, a ficha é dividida por bimestre, onde a criança foi avaliada em todos.

A ficha é composta de 3 páginas, com 21 aspectos para serem observados, sem nenhuma divisão por tema, a legenda da ficha mostra quatro códigos para preenchimento: S = sim, ED = em desenvolvimento, N = não, NO = não observado, mas esse último código foi riscado pelo educador.

A ficha também possui um espaço para o educador falar mais sobre a construção da escrita pela criança e outro espaço para fazer observações completares. O que traz a seguinte questão: Em que momento o professor fez tais observações? No começo do ano? No último bimestre?

Apesar de ser dividida por bimestre a ficha só possui um espaço de assinatura para o educador e um espaço para o responsável. Neste caso em específico, não consta na ficha a

assinatura do responsável. Mas, e nas demais fichas, quando é que os responsáveis têm acesso as mesmas?

Aqui a ficha nos dá uma boa visibilidade das informações sobre a criança. As questões abordadas estão claras e são pertinentes. Podemos observar como ela progrediu ao longo do ano, infelizmente só não temos mais detalhes de como isso ocorreu.

Na parte destinada a observações complementares, é pedido para que o educador fale mais sobre alguns temas específicos, o primeiro é sobre a linguagem escrita, aqui o educador relata que apesar de a criança ser “integrada” (não há explicação sobre o assunto), não apresentou problema na adaptação, e apesar de suas dificuldades (quais não são relatadas e parece ser decorrente dela ser integrada), ela reconhece e escreve seu nome e o nome dos colegas, identifica letras e números e seu grafismo começa a ter forma completa. O que nos faz questionar: Seria esse um dos objetivos da Educação Infantil?

O educador também diz que a coordenação motora da criança precisa ser trabalhada, o como e o porquê não são mostrados. E relata as dificuldades da criança de comunicar-se oralmente e ser entendida pelo grupo. Diz também que ela não despertou o interesse pela escrita espontânea e que está no nível pré-silábico. Será que esse é o momento para que isso ocorra? Será que as atividades pedagógicas as quais essa criança participa tem simulado o Ensino Fundamental? Isso é o mais importante na Educação Infantil?

A ficha ainda traz outro espaço de informações complementares, este para avaliar se a criança: tem curiosidade científica, argumenta usando lógica própria, organiza a linguagem, apresenta soluções criativas, demonstra interesse e quais atividades ela se destaca. Aqui o educador relata que a criança tem dificuldades em organizar sua fala e expressar seus pensamentos e que ela não consegue concluir as atividades propostas, precisando de ajuda para concluí-las, também diz que ela se destaca na dramatização de histórias e gosta de músicas, danças e atividades espontâneas.

O educador termina dizendo que para o próximo ano a criança deverá continuar com acompanhamento médico e fonoaudiológico. Algo que senti falta nestes relatos é uma explicação desta integração e acompanhamento que esta criança tem recebido, fica difícil para um leitor de fora entender a situação ali posta. A última afirmação também não está bem colocada, foi algum especialista que falou que a criança deverá continuar tendo

acompanhamento médico e fonoaudiológico? Pois tal afirmação não cabe ao educador, apesar da vasta experiência que ele possa ter.

A terceira ficha, ANEXO C, é de uma criança de 4 anos, da turma 25, feita no ano de 2006, num CIEP, a ficha é dividida por bimestre, onde a criança foi avaliada em todos.

A ficha é composta por uma única página, com 22 aspectos a serem observados, sem nenhuma divisão por tema, e a ser preenchido por cores, com a seguinte legenda: vermelho = não, amarelo = em desenvolvimento, verde = sim, azul = não observado.

A ficha possui um espaço de assinatura para o educador e um espaço para o responsável. Apesar de a ficha estar assinada pelo responsável, permanece a questão de qual momento ele teve acesso à mesma?

Essa ficha é preenchida por cores, o que apesar de trazer uma boa estética pode ser dificultosa de preencher, ainda mais se houver uma grande quantidade de crianças. As questões aqui são de fácil compreensão, uma que me chamou muito atenção foi se a criança reconhece as formas geométricas (retângulo, quadrado, triângulo e círculo) fazendo com que refletisse sobre o que deve se ensinar/aprender na Educação Infantil, temos que ter cuidado para não cairmos na prática conteudista que ainda é comum em muitas instituições de Educação Infantil, não estou falando que este seja o caso, mas tais questões faz-nos refletir sobre isso e sobre outros assuntos relativos ao currículo nesta faixa etária, ao qual merece um espaço próprio para abordagem.

Segundo as marcações na ficha a criança ainda não possui muitas habilidades. Em todos os bimestres ela só sabia bem a função das dependências da escola (banheiro, refeitório) e as formas geométricas, e depois no último bimestre conseguiu reconhecer e escrever seu nome. O que foi feito nesses períodos para que a criança alcançasse essas habilidades? Quais eram essas dificuldades? Será que não havia nada que os familiares poderiam fazer para auxiliar? Essas são questões que infelizmente não saberemos. Pois a ficha não traz nenhum tipo de observação complementar sobre a criança, seu desenvolvimento e vivências, nem sugestões para um melhor desenvolvimento.

Em geral, a falta de informações da ficha as torna muito impessoais, e de certo modo classificatória, pois nela a criança é apta ou não em alguma coisa ou a criança vai bem em não em alguma capacidade.

Podemos perceber que apenas com esses dados fica difícil para uma boa interpretação e colaboração entre os envolvidos no processo educativo. Como registro avaliativo, esse tipo de ficha pouco tem contribuído para a continuidade das aprendizagens e desenvolvimento da criança, não que ela não possa ser usada pelo educador, já que o mesmo é capaz de melhor interpretar as informações por ele apresentadas (apesar de correr o risco de se esquecer que como os as tais foram feitas pelo tempo e quantitativo de alunos), mas como registro final para a família e acompanhamento escolar da criança parece ser pouco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo observa-se que tanto os documentos oficiais nacionais, quanto os de cunho municipal da prefeitura do Rio de Janeiro tratam da avaliação na Educação Infantil com muita seriedade, e até mesmo os documentos que não tratam especificamente dessa temática, abordam pontos importantes, que ao final incentiva a participação dos pais e comunidades no processo educativo das crianças em colaboração com as instituições educacionais, contribuem para uma melhor formação e prática pedagógica dos profissionais da Educação Infantil e regulamentam as instituições dessa etapa, o que favorece o aumento de oferta e a qualidade no atendimento na Educação Infantil e consequentemente na qualidade do processo avaliativo.

E ao observar os vários caminhos de avaliação, a concepção mediadora, tem se mostrado como uma das perspectivas de avaliação que atende as demandas exigidas pelos documentos oficiais para a Educação Infantil, pois ela favorece o desenvolvimento da integral da criança respeitando as suas singularidades e tempos.

Finalmente após a análise das fichas avaliativas, percebemos que não podemos suprimir todo um processo de avaliação com o uso de um único instrumento, e que ao se utilizar das fichas como um dos recursos avaliativos deve ser atentar para sua elaboração, finalidade e clareza, buscando avaliar aspectos relevantes nessa etapa, sem vista a classificação, mas a mudanças de práticas que favoreçam o desenvolvimento infantil. É necessário que o educador reflita que a avaliação é um processo que precisa ser registrado de forma clara e de diferentes formas, e que ela não deve servir para cumprir uma mera formalidade, mas sim como auxílio para os demais educadores e pais na educação das crianças. Observa-se também que independente dos tipos de registros escolhidos pelos educadores eles não devem ser de caráter classificatório.

Sendo assim, é de suma importância que o professor mantenha um registro constante e que ele não fique engavetado, mas sirva para mudar sua prática e garantir a continuidade do processo de desenvolvimento da criança, seja na instituição em que ela frequenta como a que ela possa vir fazer parte, pois a avaliação deve acompanhar a trajetória da criança. Ela também deve ser de fácil acesso e interpretação das famílias, já que essas tem o direito de acompanhar o desenvolvimento das crianças e contribuir para o mesmo.

No decorrer dessa pesquisa, algumas questões foram tomando novos rumos, e outros aspectos mais relevância. Mesmo assim muitas perguntas iniciais receberam suas resposta, talvez não tão objetivas quanto se poderia esperar, mas sim, mais reflexivas e críticas. O que ao invés de sanar a curiosidade pelo tema, fez instigar o interesse pelo mesmo, outras perguntas surgiram, novas ideias e caminhos foram observados, aos quais poderão futuramente ser aprofundados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso: 23 fev. 2016.

_____. **Lei nº 8.069 de 1990**. Promulgada em 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm> Acesso: 23 fev. 2016.

_____. **Lei nº 9.394 de 1996**. Promulgada em 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm> Acesso: 23 fev. 2016.

_____. **Lei nº 13.005 de 2014**. Promulgada em 25 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm> Acesso: 23 fev. 2016.

_____. **Parecer CNE/CEB nº: 022/98**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Aprovado em 17 de dezembro de 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/parecer_ceb_22.98.pdf> Acesso: 23 fev. 2016.

_____. **Parecer CNE/CEB nº: 20/2009**. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Aprovado em 11 de novembro de 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2097-pceb020-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192> Acesso: 23 fev. 2016.

_____. **Resolução CEB nº: 1.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, de 7 de abril 1999. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0199.pdf>> Acesso: 23 fev. 2016.

_____. **Resolução CNE/CEB nº: 5.** Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, de 17 de dezembro de 2009. Disponível em:
<http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf> Acesso: 23 fev. 2016.

_____. MEC/SEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEB, 2010.

_____. MEC/SEB. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEB, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf>
Acesso: 10 mar. 2016

_____. MEC/SEB. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEB, v.1. 2006. 64 p. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf>
Acesso: 10 mar. 2016

_____. MEC/SEB. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEB, v.2. 2006. 64 p. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol2.pdf>>
Acesso: 10 mar. 2016

_____. MEC/SASE. **Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação.** Brasília: MEC/SASE, 2014. Disponível em:
<http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>
Acesso: 10 mar. 2016

CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima; MENDES, Débora Lúcia Lima Leite. **Estudos de avaliação na educação infantil.** Est. Aval. Educ., [s.l.], v. 20, n. 43, p.293-304, 30 ago. 2009.

Fundação Carlos Chagas. Disponível em:

<<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1494/1494.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

HOFFMANN, J. **Avaliação e Educação Infantil**: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. 18º ed. atual. e ampl. Porto Alegre: Mediação, 2012.

MICARELLO, Hilda. **Avaliação e transições na educação infantil**. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6671-avaliacoesetransicoes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 22 fev. 2016.

RIO DE JANEIRO (Município). Secretária Municipal de Educação. **A avaliação na Educação Infantil**. Rio de Janeiro: Gerência de Educação Infantil, jul. de 2013.

RIO DE JANEIRO (Município). Secretária Municipal de Educação. **Orientações curriculares para a Educação Infantil**. Rio de Janeiro: Gerência de Educação Infantil, fev. de 2010.

ANEXO A



PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
1ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
Creche Municipal



FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO
(2 a 4 anos)

Nome da Criança _____

Data de Nascimento 03 / 12 / 01

Data da Avaliação: _____

1º Trimestre ____/____/____ 2º Trimestre ____/____/____ 3º Trimestre 30 / 11 / 04

Turma: (X) Maternal I 6144 () Maternal II _____

Códigos: S= Sim N= Não A/V= às Vezes

1. Desenvolvimento Sócio-Afetivo/Integração Social	1º Trim	2º Trim	3º Trim
Enfrenta situações novas com tranquilidade			N
Transfere conhecimentos novos para diversas situações			S
Expressa com clareza e segurança seus sentimentos			S
Expressa com clareza e segurança suas opiniões			S
Faz amizades com facilidade			S
Reconhece a sala de atividades como espaço de seu uso			S
Reconhece os diferentes profissionais da creche			S
Identifica a função das pessoas e dos espaços da creche			N
Comenta sua vida em família			N
Gosta de falar de si própria			S
Refere-se a passeios ou atividades fora da creche			S
Prefere brincar em grupo			S
Prefere brincar sozinha			A/V
Prefere brincar em grupo ou sozinha igualmente			S
2. Desenvolvimento Cognitivo			
2.1 – Linguagem			
a) Expressão Verbal, Não Verbal e Vocabulário.			
Reconhece pelo nome as pessoas mais íntimas			S
Reconhece pelo nome objetos cotidianos			S
Reconhece pelo nome partes do corpo			S
Utiliza, como principal recurso de expressão, a linguagem Verbal.			S
Utiliza, como principal recurso de expressão, a linguagem Não Verbal.			N
Utiliza ambas, alternadamente, como principal recurso de expressão.			N
Expressa-se verbalmente de forma clara e compreensível			S
Expressa-se através de palavras soltas			S
Expressa-se através de frases incompletas			S
b) Na Rodinha (diálogo da hora das novidades)			
Interessa-se e demonstra compreensão pelo que dizem os			S

colegas			
Interessa-se e demonstra compreensão pelo que dizem os adultos			S
Aguarda a sua vez de falar			S
c) ao ouvir e "ler histórias"			
Interessa-se e demonstra compreender os fatos básicos			S
Demonstra compreender a sequência dos fatos			S
É capaz de recontar uma história, acrescentando-lhe detalhes de forma coerente.			S
Cria pequenas histórias espontaneamente			S
Cria pequenas histórias a partir de gravuras			S
Cria pequenas histórias coletivamente			S
2.2 - Introdução ao Pensamento Lógico-Matemático			
Percebe as principais semelhanças e diferenças na forma de objetos			A/V
Percebe as funções dos objetos cotidianos			S
Percebe os grupos a que pertencem os objetos			S
2.3 - Educação Artística			
a) Artes Plásticas e Cênicas			
Toma iniciativa e escolhe o material que quer usar			S
Interessa-se em pesquisar diferentes formas de utilizar o material			S
Interessa-se pela folha de papel de forma predominantemente lúdica			S
Interessa-se pela folha de papel de forma predominantemente gráfica			S
b) Música			
Canta diferentes canções: apenas trechos			S
Canta diferentes canções: inteiras			S
Interessa-se em produzir sons com diferentes instrumentos ou objetos			S
3 - Desenvolvimento Psicomotor			
a) Coordenação Motora Ampla			
Movimenta-se com interesse e desenvoltura por toda a creche			S
Sobe e desce escadas: engatinhando			S
em pé, sem alternar os pés.			S
alternando os pés			S
Salta pequenos obstáculos			S
Controla seus movimentos			S
b) Coordenação Motora Fina			
Segura pequenos objetos com firmeza			S
Encaixa peças e figuras			S
Rabisca nos limites do papel			A/V
c) Percepção			
Identifica em gravuras ou cartões: Objetos			S
animais			S
pessoas			S
cenas simples			S
ações			S

detalhes			
Imita posições corporais concretamente			S
Imita posições corporais através de gravuras			AIV
Localiza um determinado objeto entre outros			S
4 - Cuidados Essenciais			
4.1 - Sono			
Adormece sozinha			S
Adormece com estímulo específico Ex:			N
Não precisa mais dormir no horário do repouso			N
4.2 - Alimentação			
Experimenta alimentos diferentes			N
Alimenta-se sozinha			S
Bebe, no copo, sem derramar.			S
4.3 - Higiene			
Interessa-se pela higiene das mãos			S
Interessa-se pela higiene bucal			S
Interessa-se por tomar banho			S
Ajuda na hora de enxugar-se			S
Ajuda na hora de vestir-se			S
Ajuda na hora de pentear-se			S
4.4 - Fraldas			
Ainda faz uso da fralda			N
Pede para ir ao banheiro			AIV
Fica tranquilo ao utilizar o vaso sanitário			S
Demonstra independência ao utilizar o banheiro			S
O intestino funciona regularmente			AIV
Tem controle dos esfíncteres			S

Observações:

O Thiago quando entrou na creche teve uma avaliação do comportamento pois apresentava uma certa agressividade, mordida e batia em todas as crianças bruscamente, porém ao longo de mais ou menos dois meses ele melhorou bastante e diminuiu a intensidade das agressões, mas ainda é bem agitado e impulsivo.

Rubrica	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.
Recreador.			
Responsável.			

ANEXO B

- ED AÇÃO INFANTIL
 AVALIAÇÃO INDIVIDUAL - ANO 2006

Aluno (a): _____ Idade: 5 anos

Professora (s): _____ Turma: 12

Legenda: ☒ S - Sim ☒ ED - Em desenvolvimento ☒ N - Não ☒ NO - Não observado

Aspectos observados	1º	2º	3º	4º	Aspectos observados	1º	2º	3º	4º
1 - Respeita as regras de convivência definidas pelo grupo, visando a cooperação, a solidariedade, o respeito mútuo e a unidade da turma.	ED	ED	ED	ED	8 - Cuida bem do material de uso coletivo.	ED	ED	ED	ED
2 - Reconhece e escreve o seu pré - nome.	ED	ED	S	S	9 - Tem iniciativa em resolver pequenos problemas do cotidiano, pedindo ajuda, se necessário.	N	ED	ED	S
3 - Reconhece e escreve o seu nome completo.	No	No	ED	S	10 - Realiza e conclui suas atividades com organização.	N	ED	ED	S
4 - Reconhece o nome dos colegas da turma	N	ED	S	S	11 - Demonstra interesse nas atividades de contação de histórias, ouvindo atentamente contos, poemas, parlendas, trava-línguas, etc.	ED	ED	S	S
5 - Reconhece as letras do seu nome em outras palavras.	N	ED	ED	ED	12 - Estabelece diferenciação entre letra e número.	No	N	ED	ED
6 - Usa diálogo para resolver conflitos no ambiente escolar.	N	ED	ED	ED	13 - Reconhece as letras do alfabeto.	No	N	ED	ED
7 - Cuida bem de si e de seus pertences.	ED	ED	ED	ED	14 - Identifica e escreve os algarismos de 0 a 9, relacionando-os à quantidade.	No	ED	ED	ED

Aspectos observados	1º	2º	3º	4º	Aspectos observados	1º	2º	3º	4º
15 – Classifica objetos segundo critérios (cor, tamanho, forma, quantidade)	No	No	ED	ED	19 – Organiza sequência (tamanho, cor, forma)	No	N	ED	ED
16 – Reconhece as figuras geométricas (retângulo, círculo, triângulo e quadrado), estabelecendo relações com objetos do cotidiano.	No	No	ED	ED	20 – Realiza contagem oral de objetos percebendo a noção de número, e respeitando a correspondência um a um.	N	N	ED	ED
17 – Estabelece noções espaciais em relação ao corpo e aos objetos entre si (dentro/ fora; longe/ perto; na frente/ atrás/ ao lado; pequeno/ grande; alto/ baixo; em cima/ embaixo).	No	No	ED	ED	21 – Expressa-se oralmente, comunicando idéias, dúvidas, sentimentos e vivências de forma a ser entendido pelo grupo.	N	N	ED	ED
18 – Estabelece noções temporais a partir da duração das atividades (antes/ agora/ depois; início/ meio/ fim, primeiro/ último).	No	N	ED	ED					

1) Fale um pouco mais sobre a construção da escrita pela criança (ex. tentativas de escrita espontânea; interesse pelas atividades que envolvam escrita e leitura; apresenta uma organização espacial no ato da escrita; percebe a função da escrita; nível em que a criança se encontra: pré-silábico, silábico ou alfabético).

A aluna não apresentou problemas na adaptação, apesar de ser ctegrada. Relaciona-se bem com os coleguinhas da turma e professores.

Apesar das suas dificuldades, reconhece e escreve seu nome, nome dos colegas, identifica letras e números.

Sua grafia começa a ter formas e cenar completas.

Apresenta dificuldades na organização espacial, sua coordenação motora precisa ser trabalhada. Tem dificuldades em comunicar-se oralmente e ser entendida pelo grupo.

Não despertou interesse pela escrita espontânea e leitura, encontra-se no nível Pré-silábico.

II) Observações complementares:

(itens avaliados: tem curiosidade científica; argumenta, usando lógica própria; organiza a linguagem em palavras ou frases; apresenta soluções criativas frente as propostas de trabalho; interesses demonstrados e atividades em que se destaca).

A aluna apresenta dificuldades em organizar sua fala e expressar coerentemente seus pensamentos.

Na realização das atividades propostas não consegue concluí-las com autonomia, precisando da ajuda do professor.

As atividades em que mais se destaca são as histórias dramatizadas, gosta muito de Música, Danças e atividades espontâneas.

Para o próximo ano a aluna deverá continuar com um acompanhamento Médico, e continuar com o atendimento Fonoaudiológico.

Assinatura da(s) professora (s)

Assinatura do responsável


ANEXO C


- EDUCAÇÃO INFANTIL
AVALIAÇÃO INDIVIDUAL - ANO 2006


Aluno(a): _____ idade: 4 anos


Professora: _____ turma: 25





Legenda:

Vermelho  NÃO

Amarelo  EM DESENVOLVIMENTO

Verde  SIM

Azul  NÃO OBSERVADO

Aspectos Observados	1º	2º	3º	4º
1- Respeita as regras de convivência definida pelo grupo, visando a cooperação, a solidariedade, o respeito mútuo e a unidade da turma				
2- Valoriza suas próprias produções e das outras crianças.				
3- Tem iniciativa em resolver pequenos problemas do cotidiano, pedindo ajuda, se necessário.				
4- Usa diálogo para resolver conflitos no ambiente escolar.				
5- Cuida bem de si e de seus pertencentes, bem como do material de uso coletivo.				
6- Reconhece e utiliza adequadamente os espaços comuns da escola (banheiro, refeitório).				
7- Produz imagens gráficas de objetos naturais ou imaginários, se apoiando no que vê em livros e gravuras.				
8- Reconhece, identifica e utiliza letras e o alfabeto,				
9- Expressa-se oralmente, comunicando idéias, dúvidas, sentimentos e vivências de forma a ser entendida pelo grupo				
10- Realiza contagem oral de objetos percebendo a noção de número e respeitando a correspondência um a um.				
11- Identifica numerais de 0 a 5, utilizando material concreto				
12- Demonstra interesse nas atividades e contração de histórias, ouvindo atentamente contos, poemas, parlendas, trava-línguas, etc.				
13- Demonstra interesse pela escrita, participando das atividades nas quais ela se faz necessária.				
14- Reconhece seu nome.				
15- Escreve seu nome.				
16- Reconhece o nome dos colegas da turma.				
17- Classifica objetos segundo critério determinado pelo grupo.				
18- Reconhece as figuras geométricas estabelecendo relações com objetos do cotidiano.    				
19- Estabelece noções espaciais em relação ao corpo e aos objetos entre si (dentro/ fora; longe/ perto; na frente/ atrás; ao lado; pequeno/ grande; alto/ baixo; em cima/ embaixo).				
20- Estabelece noções temporais a partir da duração das atividades (antes/ agora/ depois; início/ meio/ fim).				
21- Percebe a seqüência dos dias do mês. Da semana através do uso do calendário.				
22- Reconhece as características do próprio corpo por meio do uso e da exploração de suas habilidades físicas. Motoras e perceptivas.				

Assinatura Professor: _____

Assinatura Responsável: _____